

# A emergência da psicologia na Revista Pedagógica (1890-1896)

## The emergence of psychology at Revista Pedagógica (1890-1896)

Leonardo R. Gonçalves de Oliveira<sup>i</sup>

Francisco Teixeira Portugal<sup>ii</sup>

Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
Rio de Janeiro – RJ, Brasil



### Resumo

Elaboramos neste artigo uma história dos entrelaçamentos da psicologia com a educação no início da Primeira República brasileira pela análise da Revista Pedagógica. A linha mestra presente na Revista Pedagógica percorre a defesa da educação como condição para o aprimoramento do país por constituir-se como instrumento político capaz de conduzir ao aprimoramento pessoal e social chegando à psicologia como meio de revelar a natureza própria ao psiquismo e, dessa maneira, sustentar parte da prática pedagógica. O discurso psicológico foi naturalizante e operacionalizou uma forma de governo em que a ação sobre o indivíduo levaria à ordem social.

**Palavras-chave:** Revista Pedagógica, psicologia, Primeira República, educação.

### Abstract

This article shows the intertwining of psychology and education at the beginning of the First Brazilian Republic by analysis of Revista Pedagógica. Its guideline was the defense of education conceived the way for improving the country as far as it is a political instrument capable of leading to personal and social enrichment. Psychology is conceived as a means of revealing the nature of the psyche itself and thereby, support part of pedagogical practice. The psychological naturalizing discourse was a way to perform a government in which the control over the individual would lead to social order.

**Key-words:** Revista Pedagógica (Pedagogical Journal), psychology, First Republic, education.

A organização de um sistema nacional de ensino foi tema relevante nas últimas décadas do Império e nas primeiras décadas da Primeira República ainda que, no final do século XIX, já estivesse configurado um controle municipalizado da instrução pública (Saviani, 2008). Grosso modo, coube às províncias até 1889 e, a partir daí, aos estados a efetivação da instrução pública. Entretanto, se a posteriori tal leitura histórica abrangente seja difundida, houve ações centralizadoras como a criação do *Pedagogium*, instituído em 1890 pela Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos cuja finalidade era ordenar a instrução pública e servir como “uma referência e modelo para a nação” (Gondra, 1997: 377).

A *Revista Pedagógica* (RP) foi um periódico publicado entre 1890 e 1896 pelo *Pedagogium* com o propósito, presente em seu regimento, de constituir-se como catalisador das mudanças necessárias à instrução nacional. Dando um caráter prático a essa proposta o museu pedagógico buscava oferecer aos professores de instituições de ensino públicas e não-públicas instrumentos atualizados para realização de sua atividade profissional. Dessa forma, a *Revista Pedagógica* figurava como um esforço relevante de transformação do cenário educacional no início do período republicano juntamente com alguns outros dispositivos como exposições anuais, escola primária modelo, concurso para livros.

A proposta deste artigo é a de descrever historicamente os papéis atribuídos à psicologia no projeto educacional veiculado pela *Revista Pedagógica*. Neste momento de nossa pesquisa buscaremos, tão somente, mapear os argumentos presentes na publicação sem relacioná-los de forma consistente ao conjunto de transformações no campo da educação ocorridas naquele período. Temos ao nosso lado a heterogeneidade dos textos publicados no periódico. Eles incluíam decretos, homenagens, necrologias, traduções de textos considerados relevantes para o aperfeiçoamento dos professores, relatos de visitas a escolas de diferentes regiões, propostas pedagógicas e bibliografias em que eram comentados<sup>1</sup>. Dessa forma, o arquivo de que nos valemos circularam por meios bastante diversificados, envolvendo desde a impressão de ações do Estado como os decretos até recomendações para as famílias como o livro das mães presente na seção “pedagogia”.

Nesse texto daremos maior destaque ao arquivo sabendo que não se trata de assumir uma postura própria à prática histórica do século XIX que confundia o arquivo com a realidade. O que desejamos evitar é a imposição de uma forma de

inteligibilidade muito bem articulada que acaba por tornar invisível os desvios de que Certeau (2000) nos alerta ser uma prática historiográfica.

Apesar de “o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico” ser situado por Nagle (1976) nas décadas finais da Primeira República, há na *Revista Pedagógica* um esforço em favor da “Pedagogia Moderna” que faria uso do “método racional e progressivo” construído a partir da observação de seu objeto de estudo, ou seja, da “observação da natureza humana”.

Assim, restritos aos textos de nosso arquivo, é visível a proposta de reformar a educação tanto pela atualização dos métodos de ensino – que deveriam fundar-se nas “leis elementares do desenvolvimento infantil” – quanto pela retificação dos currículos escolares a fim de ressaltar a utilidade prática dos conhecimentos habilitando os alunos a “caminhar por si”, excluindo do currículo “todas as doutrinas puramente teóricas e de nenhuma utilidade prática, ou que só tenham importância para especialistas”<sup>2</sup>.

Foi buscando a realização dessa proposta prática de ensino que alguns termos correntes ganham gradativamente uma conotação psicológica. Assim, “A marcha do ensino é regulada pelo desenvolvimento gradual das faculdades e a formação natural dos conhecimentos” e “a falta de ordem metódica leva necessariamente a confusão ao seu espírito”. Tal espírito, que algumas décadas antes remetia a uma concepção mais marcadamente religiosa (Alberti, 2003), começa a circular em um novo campo semântico que envolve uma “mentalidade infantil”, “leis elementares do desenvolvimento infantil”, “energia mental”, “leis da mentalidade infantil”, “espírito da criança”, “educação do espírito”.

Além disso, constata-se uma evidente consequência política nesse processo de psicologização da pedagogia. A defesa do método pedagógico, dito moderno, em oposição ao antigo, não decorreu somente da maior aproximação dos novos métodos à racionalidade da ciência moderna, especialmente pela infiltração da psicologia como saber prático (entendida como ciência do espírito, das energias mentais ou da mentalidade infantil) no saber pedagógico, mas articulou-se também a uma inflexão no conceito de indivíduo e de sociedade que fez da prática pedagógica um instrumento político forte.

<sup>1</sup> Para uma descrição da estrutura da *Revista Pedagógica* ver também o texto de Gondra (1997).

<sup>2</sup> Para que não ficarmos repetindo a referência a todo momento, informamos que todas as passagens entre aspas constituem citações da *Revista Pedagógica*. Nós optamos por atualizar a grafia desses textos.

## Educação e governo - A pedagogia como instrumento político

A ideia de pedagogia como instrumento político foi relacionada nas páginas do periódico às “leis naturais da ordem na humanidade”. Em consonância com o evangelho positivista registrado no lema “ordem e progresso” de nossa bandeira, a ideia de “ordem” foi concebida como necessária ao desenvolvimento do indivíduo e, conseqüentemente, à “reorganização social”, pois a sociedade também era entendida como um grande organismo formado por indivíduos-células. Nesse contexto, o povo pouco instruído constituía uma sociedade desorganizada, incapaz de governar-se e, portanto, incompatível com o sistema republicano, sendo papel da escola sanar esse problema. Nesse sentido, o objetivo da aliança entre a escola e a república não se traduzia em simplesmente dar voz à vontade do povo, mas principalmente aproximar-se da ideia utópica de uma “ditadura científica”, isto é, dar voz à ciência por meio de um povo bem instruído. Entenda-se por povo bem instruído aquele que aceita as “leis naturais da ordem na humanidade” e a intervenção de especialistas em suas práticas cotidianas.

A educação da criança é o caminho para a democracia, o ideário liberal da representação (Nagle, 1976: 97) está presente na seguinte passagem: “O nosso povo ainda por instruir merecenos o respeito devido à criança que nos é sagrada pela sua inocência”. Sendo assim, guardada as devidas diferenças conceituais, as “leis universais da ordem na humanidade” estariam para o povo como “as leis da mentalidade infantil” estariam para a criança.

Esse esforço de ordenação de uma população heterogênea e pouco educada apresentava-se como argumento para difusão da educação. A novidade foi a presença de um vocabulário psicológico que não apenas tinha valor instrumental como também inventava uma nova natureza para a infância e para o homem: “É necessário saber esperar o momento preciso para dar impulso às forças naturais da infância confiada a vossos cuidados, e não perder a oportunidade de inocular ideias e conhecimentos em cérebros juvenis no instante favorável à sua assimilação” ou “a massa da população não se achava com o preparo preciso para tomar a direção de seus negócios e muito menos para desempenhar os árduos deveres sociais que exigem um preparo científico ou literário embora pequeno”. Esse imperativo de conduzir e corrigir favoreceu, portanto, a uma maior atenção em relação aos estudos da psicologia.

A visão tutelar da educação faz nexos com a concepção que se tinha do povo brasileiro como

naturalmente dócil, bom e ingênuo como explicitado anteriormente na comparação feita entre o povo e a criança: “O povo, embora inculto, é simples e benévolo”.

Essas ideias permearam os discursos a respeito do projeto de nação brasileira na recente república, e no geral parece que a tendência em se estabelecer uma aliança entre a escola e o governo se deu no sentido de que a escola deveria “dar subsídios para o povo poder governar-se melhor”, afirmar a unidade nacional por meio da transmissão do amor à pátria ou fazer a nação “responder melhor às crises de um mundo cada vez mais complexo”.

Por isso, não raramente a educação e o professor eram apresentados como servidores da pátria pelo poder de fazer da escola um dispositivo propagador da recente república. Assim, “a execrável ignorância em reduto secular, engrossando cada vez mais seus exércitos de escravos, oferecia e ainda oferece resistência efetiva e contumaz a felicidade da pátria”.

## O organismo social - Pedagogia como técnica de desenvolvimento pessoal e social

A relação entre educação e desenvolvimento do indivíduo foi estabelecida por meio de uma diferenciação, presente na RP, entre as concepções de “educação material” e de “educação formal”. A primeira foi concebida como a mera transmissão de conhecimentos enquanto a segunda envolvia o desenvolvimento de faculdades do espírito e do corpo o que incluía a força e a destreza física, a inteligência e a moral. A “educação formal” seria dirigida aos “prejuízos existentes no meio ambiente, às predisposições e heranças para defender o organismo das crianças contra a ação perniciosa dos primeiros ou estimular, modificar e corrigir ou extirpar as segundas”. A “educação formal” aproxima-se da ideia de desenvolvimento individual ultrapassando a transmissão de conhecimentos própria à “educação material”. A “educação formal” abrangeria o cultivo de “bons-hábitos”, potencializaria a educação pela ação sobre o ambiente em função de um conhecimento das tendências e dos traços herdados. Ela levaria a “um desenvolvimento integral e harmônico de forças e de faculdades da alma e do corpo” ou permitiria desenvolver “em cada indivíduo toda a perfeição de que é suscetível” ou, ainda, “contrair bons hábitos e em dirigir a vontade para o bem”.

Nesse contexto no qual os “hábitos” e as “faculdades da alma” dos alunos se tornam importantes é mais fácil pensar na participação da

psicologia na educação. Essa presença pode ser verificada por ações cotidianas como, por exemplo, na prescrição da adoção de observações psicológicas (“atenção, memória, som, expressão das emoções, caráter, inteligência, resistência ao trabalho intelectual e excentricidades”) em uma folha biográfica para alunos do jardim de infância, ou, mais explicitamente, em um comentário a respeito de um concurso no Chile que visava selecionar obras para serem adotadas nas escolas desse país. Entre as obras solicitadas, seriam selecionados livros sobre uma “Psicologia Pedagógica” que deveriam ter, além dos “capítulos referentes a vida da alma”, instruções para a aplicação prática da Psicologia no contexto da pedagogia.”

A noção de indivíduo esteve presente nesse projeto ordenador ao ser produzido um discurso sobre os desviantes (indivíduos com “inteligências refratárias” e deficientes físicos como cegos e surdos-mudos). Esse discurso foi outro importante elemento de articulação entre a história da psicologia e da pedagogia. Seu eixo consistia na ideia de bom funcionamento individual e social ditado, no âmbito individual, pela “natureza humana” e, no âmbito social, pelas “leis naturais da ordem na humanidade”. Assim, a educação deveria aproximar o máximo possível os indivíduos-células dessa norma natural para assim conseguir superar supostos defeitos “de constituição” e conseguir um melhor funcionamento do organismo social.

A divergência a respeito de como esse objetivo poderia ser alcançado de forma mais efetiva nos casos dos indivíduos desviantes gerou práticas divergentes. É possível encontrar textos onde se prescreve estabelecimentos especiais para crianças “pouco desenvolvidas ou desequilibradas”, “idiotas” ou de “inteligências refratárias” sob a alegação de que estas crianças perderiam “capacidade mental” ao frequentarem uma escola regular ou não especializada. Por outro lado encontra-se também a orientação de que se adapte a escola regular ao cego, propondo que os professores aprendessem braille e fizessem tantas perguntas ao aluno cego quanto ao vidente sob a alegação de que a escola primária deveria ser “a sociedade em miniatura” e que, com a socialização do cego desde pequeno, ele não se tornaria “um inútil, um imprestável” na sociedade.

Essa divergência é bem retratada em um debate em relação à adoção da “linguagem de sinais” ou da “linguagem articulada” para os surdos-mudos. Os defensores da linguagem articulada, ou seja, os que apoiavam o uso da leitura labial e da articulação de sons mesmo para surdos-mudos de nascença alegavam que “a única maneira de trazer o surdo-mudo para a sociedade, era ensinando-os a ler e se

expressar verbalmente”. Em contraposição os defensores na linguagem de sinais alegavam que o método da linguagem articulada seria excludente, pois seria contraindicado para surdos-mudos de nascença que teriam enorme dificuldade em reproduzir sons que nunca ouviram.

Porém, apesar do discurso a respeito da existência de uma norma natural para o homem e para a humanidade que deveriam ser confirmadas pelo avanço das ciências, no calor dos debates parece que essa norma era frequentemente obtida a partir da observação das condutas de outros países como Alemanha, França e EUA. No caso do debate entre linguagem de sinais ou articulada, por exemplo, usava-se como argumento o fato de um método ser utilizado pela França (linguagem de sinais) ou pela Alemanha (linguagem articulada).

Não raramente as ideias relacionadas ao “desenvolvimento de faculdades do espírito” aparecem relacionadas a consequências morais positivas e em benefícios para a sociedade. Para exemplificar, um método frequentemente citado como meio eficaz para atingir os objetivos da educação formal é o “Trabalho Manual”, método que consiste na fabricação de objetos como bancos e cestos. Entre as recomendações, observa-se uma preocupação em favorecer a coletividade a partir da ação sobre os indivíduos.

O nexos entre as ideias de desenvolvimento individual e desenvolvimento social pode ser mais claramente entendido a luz da noção, já apresentada anteriormente, de organismo social formado por indivíduos-célula.

Comentando uma reforma escolar na Argentina, seu autor relaciona o âmbito individual e social como áreas de atuação importantes na existência de um ser humano e, portanto, cor-54 alvos de intervenção da educação que deveria “preparar os seres humanos de tal modo que possam cumprir seu tríplice fim comum na existência individual, social e universal”. Assim, as chamadas “pré-disposições e heranças” da criança desencadearia uma sequência de consequências que atravessariam o desenvolvimento individual rumo a “vida coletiva” até atingir o objetivo último que seria instituição do “império da fraternidade universal e da civilização”. Ou seja, a educação deveria gerar “confiança no auxílio próprio” e ao mesmo tempo deveria “estimular os sentimentos superiores altruístas por meio da simpatia, desenvolvida gradualmente na vida coletiva em favor do desenvolvimento intelectual e estético e em favor da tendência histórica da humanidade até a extirpação de toda a injustiça e barbárie e ao império da fraternidade universal e da civilização”.

Quando se apela para uma “tendência histórica” ou “tendência natural” da humanidade o sentido da proposição retificar as “pré-disposições e heranças” das crianças é significativamente alterado. O novo sentido, ao reorientar um indivíduo no sentido de um “caminho correto”, não implica questionar os problemas referentes ao livre-arbítrio, já que ele não foi imposto de forma arbitrária nem resultou do exame de consciência. O caminho “natural” funciona como a estrela guia fornecendo parâmetros para a conduta das crianças, dos adultos e dos educadores. O deslocamento semântico diminui a relevância das discussões no âmbito religioso e valoriza o esforço individual ainda que orientado por determinadas naturalidades instituídas.

## **O caminho natural – A Pedagogia como instrumento para a formação moral**

O uso da pedagogia como instrumento para a formação moral se fundamenta, da mesma maneira que a ideia da Psicologia como técnica de desenvolvimento pessoal, na divisão do projeto educativo em duas partes complementares: a “educação material” e a “educação formal”. A educação material, é bom lembrar, foi definida como mera “passagem de conhecimento” ou “instrução” e a “educação formal” como algo que visa o desenvolvimento de “bons-hábitos”. Nela, “A escola não é considerada somente como centro de instrução, mas como a sociedade das crianças, miniatura da sociedade dos adultos, o pequeno mundo em que, não só elas têm em comum o trabalho da sua instrução, como toda a atividade por dever ou por prazer que o homem tem que exercer com o concurso de seus semelhantes, ao que precisa habituar-se desde criança”.

Nesse contexto a escola se incumba de ensinar “as boas doutrinas, os bons hábitos e as boas maneiras” sempre atribuindo ao “bom” o valor de natural. Ou seja, a escola não tornaria os alunos “sectários de uma crença ou adeptos de uma doutrina”, mas procuraria respeitar a “natureza humana e dos direitos do homem, representado na criança, procurando-se dar à mesma natureza o mais completo desenvolvimento, a fim de tornar possível o pleno exercício de todos aqueles direitos”. Operação muito própria ao especialismo resultante da aplicação das ciências para ordenação dos indivíduos. Ao executar uma ação normalizadora, nega-se sua natureza política pela evocação de uma natureza ou de um bem maior.

A educação moral na escola torna a aparecer em outra divisão binária da educação

presente na RP: a “Educação do Corpo” ou “Física” e a “Educação do Espírito” ou “Psíquica”. A Educação do espírito se subdividiria em “educação moral” e “educação intelectual”. Cabia e esta última “o ensino e a prática da religião, o ensino e prática dos deveres morais, inspirando-se o amor do bem e formando-se o hábito de praticá-lo”.

A educação foi dividida dois polos complementares: algo que seria da ordem da pura instrução chamado de educação material ou educação intelectual e algo que seria da ordem dos hábitos, das “virtudes”, das “aspirações”, que se relaciona com “dirigir a vontade” e seria conhecido como educação formal ou educação moral. Ainda que as virtudes e as aspirações circundem ainda a vontade, fica bastante explícita a transformação do espírito em psiquismo. A pedagogia podia valer-se agora de um conhecimento psicológico para orientar suas ações em lugar de promover um exercício de consciência.

A educação no contexto da RP vem carregada de um sentido normativo. Não se trata, neste momento, de defender essa ou aquela opção moral a orientar a ação do educador. O que fornece orientação ao pedagogo, o que sustenta sua prática é a constatação de que suas propostas estão em conformidade com uma suposta “natureza humana” ou com o desenvolvimento natural do homem e da humanidade ou com as “leis naturais da ordem na humanidade”. Esse suporte em uma natureza desvelada pelas ciências emergentes orienta os princípios da chamada “Pedagogia Moderna”.

Assim, os pedagogos debruçaram-se sobre estudos que pudessem revelar algo a respeito da “mentalidade infantil”, do “espírito”, que se relacionasse com o “desenvolvimento das faculdades” ou a “formação natural dos conhecimentos”.

Em nome dessa ordem natural os especialistas se autorizaram a agir sobre elementos da arte e da cultura com a finalidade declarada de promover maior organização, eficiência e progresso da sociedade. Destaca-se nesse sentido o longo debate acerca da prescrição ou condenação dos contos de fadas, fábulas e outras histórias fantásticas para as crianças. O que estaria em debate seria o quão pernicioso ou benéfico para o desenvolvimento do “espírito” das crianças seriam as ideias fantásticas. Além disso, a proposta de uma “educação moral” cuja função seria orientar a vida familiar e cotidiana decorreria de um saber especialista. Assim, a vida familiar figura como objeto de reflexão e ação dos educadores, seu campo de ação estende-se sobre os lares. O “amor maternal” e a conduta dos pais para com seus filhos de encontrar a justa medida. “Amor maternal, em que consiste sua benéfica influência quando

verdadeiramente compreendido, consequências perniciosas quando exagerado e mal compreendido”; “Em que responsabilidade para com os filhos e a sociedade incorrem os pais omissos no cumprimento de seus deveres para com o filho”.

As ideias que giravam em torno da “educação moral” são contundentemente retratadas em uma prática chamada “ortopedia-moral” que pretendia, por meio do uso do hipnotismo por parte de um médico acompanhado por um “mestre-escola”, extinguir o “mau-hábito” nas crianças. Essa associação entre a educação e a medicina posicionou o “hábito” no campo do “psico-físico” e enquanto “defeito físico” ou desvio da “ordem natural” tornar-se-ia passível de intervenções médicas sem os constrangimentos éticos referentes a razões que “não são práticas, mas abstratas e metafísicas” como, por exemplo, aquelas referentes ao conceito de livre arbítrio. Ou seja, nesse contexto, foi possível enunciar que a “ortopedia moral” visava apenas dar um “empurrão” na criança para o “caminho correto” como podemos verificar no seguinte trecho a respeito da reforma escolar argentina: “Os exercícios de educação compreendidos no plano referem-se à conservação, crescimento, desenvolvimento das forças físicas, intelectuais, emocionais e morais (educação não é só instrução intelectual, há formação de hábitos psico-físicos para a conservação, progresso e harmonia das faculdades do indivíduo nos três estados: individual, social, universal. O plano de educação compreenderá os exercícios de hábito em quantidade, duração, repetição, interesse, associação necessária e indispensável para que adquira um grau de facilidade ostensiva, ou pelo menos sinta a necessidade agradável de produzir-se no senti<sup>1</sup>-  
56

## Considerações finais

O eixo central de articulação entre a História da Psicologia e o projeto educacional exposto na Revista Pedagógica gira em torno do “espírito”, da “natureza” ou das “leis elementares do desenvolvimento” na criança. Seu propósito era tanto o de buscar sustentação em alguma especialidade que desvelasse essa natureza quanto de se apoiar em técnicas oriundas desses saberes. Certamente a psicologia aliada ao saber médico preencheram essa função. Sabemos como a medicina cumpriu de forma intensiva esse papel no período que se segue à RP (Gondra, 2002). Em um momento em que as instituições de psicologia ainda não haviam se implantado no Brasil, que suas práticas se confundem com a medicina e que seu saber, constituídos alhures, ainda se encontra descolado das práticas locais, o papel da psicologia ficou restrito a apoiar um sentido mais geral de ciência como saber especialista sobre o qual pautar ações pedagógicas. As principais formas de ação da psicologia no século vindouro já marcam uma nova forma de atuação desse saber.

Pode-se constatar, pela análise da RP, uma influência recíproca entre a psicologia e a pedagogia na construção de um ambiente propício para os discursos naturalizantes a respeito do indivíduo. Esses discursos caminharam, na revista, sobre pelo campo doutrinário da “natureza humana” e se projetaram no plano dos argumentos para o âmbito social, apoiados, na maior parte das vezes, na concepção de um organismo social formado por indivíduos-células. O discurso do periódico acompanhou a emergência de uma gestão indivíduos-células, ação cujo fim seria ordenar o organismo social. ■

## DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

*Revista Pedagógica*. 1890-1896.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberti, S. (2003). *Crepúsculo da Alma. A psicologia no Brasil no século XIX* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Certeau, M. de (2000). *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Gondra, J. G. (2002). "Modificar com brandura e prevenir com cautela". Racionalidade médica e higienização da infância. In M. C. d. Freitas & M. Kuhlmann Jr. (Eds.), *Os intelectuais na história da infância* (pp. 289-318). São Paulo: Cortez.

57

\_\_\_\_\_. (2001). Ecos da República: ciclo de vida e doutrina médica da Revista Pedagógica (1890-1896). *Educação On-Line* <http://www.educacaoonline.pro.br/>.

\_\_\_\_\_. (1997). O veículo de circulação da pedagogia oficial da República: a Revista Pedagógica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 78 (188/189/190): 374-394.

Nagle, J. (1976). *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU.

Saviani, D. (2008). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores associados.

**Recebido em:** 21/02/2011

**Aceito em:** 21/02/2011

#### Sobre os autores:

<sup>i</sup> **Francisco Teixeira Portugal** é doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e professor adjunto do Departamento de Psicologia Social e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**E-mail:** fportugal@ufrj.br

<sup>ii</sup> **Leonardo Oliveira** é graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**E-mail:** leonardorgo@gmail.com